

# **A ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL RELATIVA À POLÍTICA DE SAÚDE DA PANDEMIA DO COVID-19 NO HOSPITAL E MATERNIDADE DR. HEITOR SENTO-SÉ, BAHIA**

*THE SOCIAL WORKER'S PERFORMANCE REGARDING THE HEALTH POLICY OF THE COVID-19 PANDEMIC IN THE DR. HEITOR SENTO-SÉ, BAHIA*

*LA ACCIÓN DEL TRABAJADOR SOCIAL EN RELACIÓN CON LA POLÍTICA DE SALUD DE LA PANDEMIA DEL COVID-19 EN EL HOSPITAL Y METERNIDAD DR. HEITOR SENTO-SÉ, BAHIA*

Samuel de Souza Rosa<sup>1</sup>

## **Resumo**

Este artigo discute a atuação do assistente social relativa à política de saúde durante a pandemia do COVID-19, especificamente no Hospital e Maternidade Dr. Heitor Sento-Sé, na cidade de Sento-Sé, Bahia. Analisa-se como essa realidade influenciou o campo de trabalho dos(as) assistentes sociais e quais novas demandas lhes foram atribuídas na conjuntura da crise sanitária, como também os desafios e as possibilidades da política implementada pelo SUS. Para tanto, utilizou-se pesquisa bibliográfica e documental, de natureza qualitativa e exploratória, cujos resultados apontam o assistente social como agente viabilizador de informações, bem como mostram os instrumentos que subsidiaram a compreensão da pandemia no Brasil, além de demonstrarem a importância do serviço social nessa conjuntura.

**Palavras-chave:** serviço social; pandemia; política de saúde; COVID-19.

## **Abstract**

This article discusses the performance of social workers regarding health policy during the pandemic of COVID-19, specifically at the Hospital e Maternidade Dr. Heitor Sento-Sé, in the city of Sento-Sé, Bahia. The study analyzes how this reality influenced the field of work of social workers and what new demands were assigned to them in the context of the health crisis, as well as the challenges and possibilities of the policy implemented by SUS. For this, we used bibliographic and documental research, of qualitative and exploratory nature, whose results point to the social worker as a facilitator of information, as well as showing the instruments that subsidized the understanding of the pandemic in Brazil, besides demonstrating the importance of social service in this conjuncture.

**Keywords:** social service; pandemic; health policy; COVID-19.

## **Resumen**

Este artículo discute la labor del trabajador social en el contexto de la política de salud instaurada durante la pandemia de COVID-19, específicamente en el Hospital y Maternidad Dr. Heitor Sento-Sé, en la ciudad de Sento-Sé, Bahía. Analiza cómo esa realidad afectó el campo de trabajo de los trabajadores sociales y qué nuevos encargos les fueron asignados en el contexto de la crisis sanitaria, así como los retos y posibilidades de la política implementada por el SUS. Para ello, se realizó una investigación bibliográfica y documental, de carácter cualitativo y exploratorio, cuyos resultados presentan al trabajador social como agente en la transmisión de informaciones, muestran los instrumentos que permitieron comprender la pandemia en Brasil y la importancia del trabajo social en esta coyuntura.

**Palabras-clave:** trabajo social; pandemia; política de salud; COVID-19.

---

<sup>1</sup> Graduando do Curso de Bacharelado em Serviço Social do Centro Universitário Internacional UNINTER. E-mail: samuelsouzapiri15@gmail.com

## 1 Introdução

Ao analisar a atuação do assistente social na política de saúde durante a pandemia do COVID-19 no Hospital e Maternidade Dr. Heitor Sento-Sé, localizado na cidade de Sento-Sé, Bahia, tornou-se relevante pesquisar essa temática devido à vivência, de março a dezembro de 2021, do estágio obrigatório nessa instituição, como também pelos acontecimentos causados pela pandemia, que afetaram todos os seguimentos da sociedade contemporânea.

Essa conjuntura foi fator essencial para investigar a importância do assistente social no contexto pandêmico, tanto como viabilizador de direitos, quanto como profissional da área da saúde, para fortalecer as vertentes pertinentes e viabilizar soluções factíveis.

Tal cenário favoreceu a reflexão sobre a atuação profissional, devido às novas demandas direcionadas ao profissional do serviço social, de modo que despertasse a vontade de entender a realidade e, a partir desse conhecimento, ampliar seus resultados com o exercício profissional, transposto para práticas a serem aplicadas no cotidiano.

A partir dessa perspectiva, o serviço social pode se modificar, ser flexível à realidade em que está inserido, para desenvolver práticas alinhadas com o contexto, aprofundar e cumprir o compromisso de enfrentar expressões da questão social.

Sob essa ótica, corrobora o entendimento de como a pandemia afetou a atuação dos assistentes sociais e quais demandas foram atribuídas a esses profissionais nessa nova realidade, sendo este profissional essencial para o entrosamento no agir diante da realidade que a COVID -19 evidenciou.

A importância da atuação desse profissional se demonstra ao viabilizar direitos através das políticas públicas. Além disso, contribui com a política de saúde em relação ao entendimento dos condicionantes sociais que interferem tanto no afloramento de doenças quanto para seu processo de recuperação.

Para entendimento da atuação do serviço social na conjuntura da pandemia, tornou-se pertinente relacionar o cotidiano profissional sob a égide do Código de Ética do Serviço Social, de 1993, e a importância do assistente social na democratização do acesso aos serviços do Sistema Único de Saúde (SUS)<sup>2</sup>, pontos norteadores para o seguimento da pesquisa.

Este artigo resulta de uma pesquisa qualitativa para entender o cenário atual e como suas transformações influenciaram o serviço social, com procedimentos pautados no método dialético-crítico para aprofundar o conhecimento da realidade. A pesquisa bibliográfica

---

<sup>2</sup> O SUS é assegurado pela Lei n.º 8,080/1990, que dispõe sobre a proteção e promoção da saúde, de forma que a mesma seja ofertada com caráter universal e livre de contribuição prévia.

recorreu à análise documental como instrumento para embasar o artigo, a partir dos seguintes documentos: a) Serviço Social e Trabalho em Tempos de Pandemia: cenário da categoria na Residência Multiprofissional em Saúde da Família e Comunidade, b) conhecimentos provenientes do estágio obrigatório, c) Parâmetros para Atuação de Assistentes Social na Política de Saúde, d) Orientações do CRESS-SP para Assistentes Sociais Sobre o Exercício Profissional Diante da Pandemia do Coronavírus COVID-19.

Este trabalho está organizado da seguinte forma: a primeira parte aborda a contextualização do serviço social a partir do Código de Ética de 1993, trazendo contribuições sobre os desafios e as possibilidades para a profissão. Na segunda parte, discute-se a importância da democratização do acesso aos serviços de saúde do SUS, auxiliando a compreensão do SUS e de seu papel na pandemia. Na terceira e última etapa, identificam-se e analisam-se os instrumentos e as demandas atribuídos aos assistentes sociais na pandemia do covid-19.

## **2 Contextualização da profissão de Serviço Social a partir do Código de Ética profissional de 1993**

A pesquisa se debruçou sobre a história do serviço social e como a profissão se atualizou para lidar com as mudanças do contexto social, perpassando pelo Movimento de Reconceituação do Serviço Social. Segundo Vidigal e Gondin (2019), no período entre 1930 e 1960 o serviço social continuou pautado no entendimento conservador e acrítico das demandas dos trabalhadores, e sua identidade profissional não assumiu dimensão política.

Portanto, houve a necessidade de romper com essa vertente e contribuir, a partir desse ato, para uma nova compreensão a respeito da profissão e das práticas utilizadas para o trato da realidade social. O Movimento de Reconceituação metamorfoseou o Serviço Social, fazendo-o superar seu assistencialismo anterior para aplicar novos aspectos a sua vertente metodológica, comprometidos com a práxis, revisando a teoria e a prática do serviço social, tendo em seu embasamento as contribuições da teoria social marxista, como linha teórica para o desenvolvimento da profissão.

Conforme Fernandes e Aquino (2019, p. 128),

As práticas profissionais, que durante longos processos reflexivos da categoria profissional (como os Seminários de Teorização do Serviço Social, realizados nas cidades de Araxá e Teresópolis nas décadas de 1960 e 1970) que procuravam romper com os valores tradicionais dos determinantes da categoria para assumir uma perspectiva crítica sobre a situação de carência populacional e as propostas de lutas

anticapitalistas, que denominaram-se no Movimento de Reconceituação do Serviço Social.

O serviço social passa a atuar para compreender como a classe trabalhadora está nesse sistema de exploração criado pelo desenvolvimento capitalista. Conforme Meirelles (2019, p. 121) “a questão social é imanente as relações sociais capitalistas. Na contemporaneidade, ocorre a ampliação progressiva da desigualdade social como consequência mais imediata da exploração capitalista e da concentração de renda e propriedade”.

Em vista do cenário em que o sistema capitalista impera o estabelecimento de conflitos, econômicos e sociais, condicionando as lutas de classes como algo perene, o serviço social é possível por ter como matéria-prima do seu trabalho as expressões da questão social.

Contudo, a profissão não está isenta da pressão do sistema capitalista. Para Vidigal e Gondin (2019, p. 159) “a lógica capitalista afeta diretamente o serviço social. Por se tratar de uma profissão assalariada, tal como as demais, o profissional sofre a mesmas pressões percebidas nos atendidos”. Sendo assim o serviço social sofre as mesmas imposições da classe operária.

O serviço social atua para lidar com as expressões da questão social causadas pelo sistema capitalista, utilizando em suas atuações conhecimentos fundamentados pelas metodologias marxistas.

Compreender a dinâmica da democratização do acesso aos serviços de saúde é fator essencial aos indivíduos, e aliada ao contexto atual da sociedade. torna-se fundamental, porquanto a pandemia desencadeou as inseguranças do sistema de saúde brasileiro.

A conjuntura exposta pela pandemia colocou o SUS em cheque, ao expor as nuances deste sistema como ferramenta de oferta dos serviços de saúde, assegurado no pilar constitucional que versa sobre participação popular na política de saúde. Nesta perspectiva, a Política Nacional de Humanização (PNH) é o instrumento responsável pelo desenvolvimento do SUS, assegurando sua efetividade por meio dos seguintes princípios fundamentais:

- Defesa de um SUS que reconhece a diversidade do povo brasileiro e a todos oferece a mesma atenção à saúde, sem distinção de idade, etnia, origem, gênero e orientação sexual;
- Estabelecimento de vínculos solidários e de participação coletiva no processo de gestão;
- Mapeamento e interação com as demandas sociais, coletivas e subjetivas de saúde;

- Valorização dos diferentes sujeitos implicados no processo de produção de saúde: usuários, trabalhadores e gestores;
- Fomento da autonomia e do protagonismo desses sujeitos e dos coletivos;
- Aumento do grau de corresponsabilidade na produção de saúde e de sujeitos;
- Mudança nos modelos de atenção e gestão em sua indissociabilidade, tendo como foco as necessidades dos cidadãos, a produção de saúde e o próprio processo de trabalho em saúde, valorizando os trabalhadores e as relações sociais no trabalho;
- Proposta de um trabalho coletivo para que o SUS seja mais acolhedor, mais ágil e mais resolutivo;
- Qualificação do ambiente, melhorando as condições de trabalho e de atendimento;
- Articulação dos processos de formação com os serviços e práticas de saúde;
- Luta por um SUS mais humano, porque construído com a participação de todos e comprometido com a qualidade dos seus serviços e com a saúde integral para todos e qualquer um. (BRASIL. 2003, [n.p.]).

Pelo panorama atual causado pelo COVID-19, o SUS tornou-se um instrumento sacral para atender e cuidar dos indivíduos acometidos pelo vírus da COVID-19, ofertando acesso e tratamento qualificados na busca pela recuperação da saúde. O serviço social, dentro dessa lógica, atua em consonância com seu projeto ético-político para que se efetive a viabilização dos indivíduos aos programas e ferramentas de atendimento e cuidado à saúde.

Dentro dessa realidade, exposta pelo coronavírus, demonstrou-se que a profissão passou por um certo desconforto e risco no exercício de suas atribuições nas unidades de saúde, em razão da insuficiência dos EPIs de proteção, que ficaram escassos em algumas partes do Brasil.

Vale destacar que a Constituição Federal de 1988 é fator essencial no processo de democratização, pois atua como mecanismo de promoção e manutenção dessa diretriz. Também é a Constituição Federal que constitui o tripé da seguridade social, tendo a previdência social, a assistência social e política de saúde como direitos invioláveis dos indivíduos residentes no Brasil.

Para Vidigal e Gondin (2019, p.116)

Há uma dualidade na constituição federal, pois ao mesmo tempo que traz aspectos positivos a população como a ampliação de direitos e participação popular nas políticas sociais, também fomenta o desenvolvimento capitalista no Brasil, pelo estímulo da livre iniciativa e na defesa da propriedade privada

E por sua implementação a saúde passou por uma revisão, segundo Branco, Emilio e Santos (2018, p. 127) “o país migrou da política de saúde excludente para um modelo de caráter universal, garantido pela CF/1988 com a instauração da sua nova política de saúde”. E tem garantido essa nova perspectiva para a política de saúde nos seus artigos.

Art. 196. A **saúde é direito** de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

Art. 197. São de relevância pública as ações e serviços de saúde, cabendo ao Poder Público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle, devendo sua execução ser feita diretamente ou através de terceiros e, também, por pessoa física ou jurídica de direito privado (BRASIL,1988).

Sendo assim, pensar a democratização do acesso à saúde permeia a composição do sistema que cria e delimita ações aplicadas cotidianamente. Desta forma, buscar analisar como os conselhos municipais e federais se organizam para debater a respeito da saúde, para a partir daí saber o quão essencial é a participação popular na discussão desta temática. A luta pela democratização do acesso à saúde é fundamental, pois o Brasil é dos únicos países do mundo a ofertar saúde de graça a todos os cidadãos, exemplo na conjuntura mundial. Mas, como em todos os métodos de gestão, há sempre um ponto que não foi inteiramente abordado, como a má-administração que o transforma em um programa oblíquo perante as demandas da sociedade.

Conforme Muzi (2021, [n. p.]) “o papel relevante da categoria profissional na área, comprometida com o acesso e a garantia do direito à saúde e com a democratização e a participação popular na gestão da política”. Destaca-se a presença dos profissionais nos debates mais abrangentes da área e na crescente produção acadêmica do serviço social na saúde.

Para Sposati (2013, p. 667) “O serviço social está inserido dentro na saúde desde 1940 a 1948, onde se instala na dinâmica da gestão em Hospitais, como profissionais que desempenham a função de triagem e avaliação socioeconômica com a população”.

Dessa forma, a atuação do serviço social na saúde se desenrola através da compreensão da dificuldade existente, de forma atuar em função do alinhamento desse sistema, contribuindo com o entendimento do cotidiano. Isto favorece o desenvolvimento da categoria neste campo e contribui com a formulação de conhecimento e práticas para os(as) assistentes sociais diante da diversidade de demandas cotidianas. Assim, o Serviço Social atua

como mecanismo de intercâmbio de informação e defesa de direitos, em uma conjuntura multiprofissional comprometida com os usuários.

### **3 Instrumentos e demandas atribuídos a assistentes sociais na pandemia do Covid-19**

A pandemia assolou todo o mundo moderno, com um vírus jamais visto e com precedentes inimagináveis, demonstrou como trabalhar na lógica do enfrentamento à questão social e suas expressões. A doença afetou a todos os indivíduos, porém diferentemente em contextos sociais distintos.

Segundo as orientações do CRESS-BA (2020), as visitas domiciliares e os atendimentos presenciais deveriam ocorrer somente após prévio planejamento e em casos emergenciais, visando resguardar a saúde dos/as profissionais envolvidos, bem como dos/as usuários/as do serviço social. As atribuições e competências dos/as profissionais de serviço social realizadas em quaisquer espaços socio-ocupacionais são norteadas por direitos e deveres constantes no Código de Ética Profissional, de 1993, e na Lei 8.662/93, que regulamenta a profissão.

As medidas aplicadas no início da pandemia serviram para preservar a integridade da saúde tanto dos profissionais do serviço social quanto dos usuários dos serviços.

Conforme Soares, Correia e Santos (2020, p.125) “No primeiro momento, grande parte de assistentes sociais teve que lidar com dois importantes tensionamentos: as dificuldades de acesso a equipamentos de proteção individual (EPI) e a demarcação de suas atribuições e competências profissionais”. Principalmente na fase inicial de enfrentamento da pandemia, houve escassez de EPI em diversos serviços, de maneira que tendência foi à extrema racionalização, que negava o uso de EPI para profissionais que não estivessem em contato direto com pacientes com Covid-19.

Por falta de equipamentos de proteção, muitos profissionais se infectaram pelo vírus, como resultado da má gestão dos governantes e por desconhecimento da gravidade da situação.

Contudo, no processo de estágio na unidade hospitalar em Sento Sé, tal ausência não foi sentida, pois, durante o estágio, a ocupação dos leitos para Covid-19 era baixa, com pouca incidência de casos graves. Em 22 de junho de 2021, a ocupação dos leitos da ala de Covid-19 estava em dois a cada cinco leitos, um grande percentual de casos com sintomas leves, tratados em casa.

Segundo, Barros (2020, p. 67)

Nesse período, o Serviço Social se insere na saúde como uma atividade de suporte e apoio a atividade médica e direcionada para um entendimento de saúde que trouxe os aspectos biopsicossociais como seus determinantes e também a elaboração de uma política de saúde centrada na assistência médica hospitalar e curativa.

Entre essas novas incumbências, a divulgação dos “Boletins dos pacientes com coronavírus” tornou-se responsabilidade dos assistentes sociais. Isto remete ao debate de longa data sobre não ser atribuição do serviço social comunicar óbitos aos familiares, devido à falta de conhecimento dos agravantes que levaram o indivíduo à morte.

Conforme Barros (2020, p.75) “O Serviço Social se insere nessa demanda acompanhando as informações prestadas pelo médico. A administração das angústias das famílias tornou-se demanda cotidiana”. Importante dizer que, conforme a Orientação Normativa n.º 03/2020, o/a assistente social não comunica óbito e, conforme a Resolução n.º 1331/80, do Conselho Federal de Medicina, apenas médicos podem emitir boletins sobre o estado de saúde de um paciente.

Porém, devido ao cenário causado pela COVID-19, onde médicos e enfermeiros enfrentaram aumento das demandas no trato com os pacientes, assoberbados diante desta realidade, foi necessário articular o intercâmbio com os profissionais de serviço social, de modo que desempenhassem função de comunicar os boletins aos familiares dos pacientes com COVID-19. Em caráter especial, assumiram uma atribuição que não condiz, integralmente, com o Projeto Ético-Político da Profissão.

Em vista desse contexto da crise sanitária provocada pela pandemia da Covid-19, novas atribuições para os profissionais do serviço social foram inevitáveis, cabendo-lhes desenvolverem metodologia e instrumentos para responder a essa questão, pois a(o) assistente social se manteve firme na luta, contribuindo e subsidiando resposta a essa expressão. Os profissionais de serviço social reinventaram suas formas de trabalho durante esse período para lidar com o quadro situacional que se estendeu da saúde à educação, provocando atualização do seu agir profissional.

Durante a experiência de estágio constatou-se a necessidade de investigar o panorama da COVID-19 e as demandas atribuídas ao serviço social do Hospital e Maternidade de Sento-Sé.

No aprofundamento da pesquisa, a única nova demanda criada para o profissional de serviço social nessa instituição foi a comunicação de boletim dos pacientes aos seus familiares. Com o aprofundamento teórico sobre essa situação, constatou que essa atribuição vai de encontro com um mecanismo de debate que permeia a profissão: a comunicação de

óbito, que não faz parte da corrente e nem do ideário da profissão, pois é competência do médico.

Por fim, vale ressaltar que, para o desenvolvimento desta pesquisa, surgiram algumas dificuldades, pois a quantidade de publicações sobre a temática era insuficiente, por se tratar de uma realidade cujas pesquisas e produção teórica estavam em andamento. Contudo, os materiais disponibilizados direcionaram a pesquisa para o estabelecimento de uma análise diante dessa nova perspectiva que a profissão e o mundo enfrentam, tornando assim a pesquisa um instrumento-chave para atualização da categoria.

#### **4 Considerações finais**

Os objetivos propostos para esta pesquisa foram alcançados, pois se desvelaram anseios da profissão em meio a um ambiente inexplorado, onde seus resultados puderam transformar-se em conhecimento relevante para a profissão, em um contexto permeado de incertezas e contradições sob a égide da contemporaneidade.

A pesquisa é o motor, que gira a engrenagem do conhecimento para a descoberta do novo, em realidades até então não explorada, para que assim o conhecimento possa ser disponibilizado de igual forma aos indivíduos que dele necessitam. Porém, a quantidade de pesquisas que versem sobre os desafios e as possibilidades do serviço social na pandemia é pequena, exigindo dos profissionais comprometimento na construção de pesquisa e produção para a categoria, pois só assim conseguiremos transpor a profissão com embasamentos mais críticos frente a expressões da questão social.

O estudo dessa temática é fundamental para compreender a realidade cotidiana dos profissionais e, a partir deste conhecimento, criar formas de transpor o pensamento da categoria profissional. A conjuntura atual é contraditória e repleta de descobertas, que proporciona a busca constante de se perceber os condicionantes que fundamentam a profissão com base na questão social e suas expressões e de como enfrentá-la.

Mediante a esse ideário é necessário ter comprometimento crítico em compreender o cidadão como indivíduo, e possível de romper com preceitos e condicionantes enraizados por uma conjuntura de exploração e de não reconhecimento de sua autonomia nas tomadas de decisão.

Contudo, a crescente demanda imposta aos profissionais em contextos de crises como essa acentua a necessidade de os profissionais se atualizarem para transporem o imediatismo de sua atuação. Além disso, a exigência de empregar em seu cotidiano uma nova compressão

que oriente tanto sua própria visão do objeto da questão social quanto traduza esse entendimento, e ainda em material aplicável a outras profissões, visando articulações para implementar soluções que respondam ao cenário. Assim, demonstra-se que a profissão produz análises sobre a realidade.

Portanto, há necessidade de aprofundar estudos sobre a temática, por se tratar de um processo que continua se instalando no mundo, de maneira que a mudança do entendimento está em constante construção.

## Referências

BARROS, Adriana Lima. O trabalho do/a assistente social no contexto hospitalar em tempos de pandemia: um relato de experiência do Hospital Estadual Dirceu Arcoverde de Parnaíba. *In*: PEREIRA, Sofia Laurentino Barbosa; CRONEMBERGER, Izabel Herika Gomes Matias (orgs.). **Serviço Social em Tempos de Pandemia: provocações e debate**. Teresina: EDUFPI, 2020. 470 p. Disponível em: [https://unifsa.com.br/site/wp-content/uploads/2020/09/Servi%C3%A7o-Social-em-tempos-de-pandemia\\_-provoca%C3%A7%C3%B5es-ao-debate-1.pdf](https://unifsa.com.br/site/wp-content/uploads/2020/09/Servi%C3%A7o-Social-em-tempos-de-pandemia_-provoca%C3%A7%C3%B5es-ao-debate-1.pdf). Acesso em: 7 nov. 2021.

BRANCO, Amelia Aparecida L. Vieira; EMILIO, Gustavo Fernandes; SANTOS, Nilza Pinheiro. **Serviço social, direito e cidadania**. Curitiba: Intersaberes, 2018.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, [2023]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 18 mai. 2023.

BRASIL. Política Nacional de Humanização. **Gov.br**, Brasília, DF, Ministério da Saúde, 2003. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/humanizac#:-:text=A%20Pol%C3%ADtica%20Nacional%20de%20Humaniza%C3%A7%C3%A3o,entre%20gestores%2C%20trabalhadores%20e%20usu%C3%A1rios>. Acesso em: 29 jan. 2022.

CRESS-BA – **Conselho Regional de Serviço Social da Bahia**. Disponível em: Orientacoes aos profissionais do CREES da 5º região.pdf. Bahia, 2020. Acesso em: 09 dez 2021.

FERNANDES, Walisson Pereira; AQUINO, Alyson Eduardo de Carvalho. **Movimentos Sociais: um aprofundamento geral de sua Influencia e sua importância para o Serviço Social**. 1. ed. Curitiba: Intersaberes, 2019.

MEIRELLES, Giselle Avila Leal. **Serviço social e questão social das origens a contemporaneidade**. 1. ed. Curitiba: Intersaberes, 2019.

MUZI, Rafael. **Política de Seguridade Social de saúde**. Assistente Social Trabalhador da Saúde. Curso de Bacharel em Serviço Social do Centro Universitário Internacional UNINTER. Aula – 04, tema 3. 2020.

SOARES, Raquel Cavalcante; CORREIA, Maria Valéria Costa Correia; SANTOS, Viviane Medeiros dos. Serviço Social na política de saúde no enfrentamento da pandemia da covid-19. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 140, p.118-133, set. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/B3QvfrsQcsNy6H3vP5ZrTmS/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 18 mai. 2023.

SPOSATI, A. Proteção social e seguridade social no Brasil: pautas para o trabalho do assistente social. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 116, p. 652-674, dez. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/WcYSGg6ys8ZbQfLwf9zCtkn/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 18 mai. 2023.

VIDIGAL, Ana Carolina; GONDIN, Pollyanna Rodrigues. **Desenvolvimento capitalista e o serviço social: a chegada do serviço social no Brasil**. Curitiba: Intersaberes, 2019.